

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Pregão Eletrônico nº 90007/2024

Processo Administrativo nº 08084.001182/2024-41

TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.083.148/0001-13, com sede na Rua Conselheiro João Alfredo, n. 247, Macuco, Santos, SP, Santos, SP, Cep. 11015-220, vem mui respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos seguintes fatos e fundamentos.

1-TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, não é demais consignar que a sessão do pregão está marcada para o dia **18/09/2024 (4ª Feira)**, às 09:00 horas (horário de Brasília).

E o Edital, em seu item 9.1, dispõe claramente sobre o prazo para apresentação de impugnação, o qual seja: 3 (três) dias úteis antes da data da sessão pública, exatamente nos termos do *artigo 164, da Lei 14133/2021*:

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE
ESCLARECIMENTO**

***Edital de Licitação PE nº 90007/2024 (28939483) SEI
08084.001182/2024-41 / pg. 20***

***10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar
este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº
14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três)
dias úteis antes da data da abertura do certame.***

***10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de
esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial
no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia
útil anterior à data da abertura do certame.***

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Seguindo a regra geral de contagem de prazos, disposta no *artigo 183, da Lei/14133/2021*, exclui-se o dia do começo (18/09/2024) e retroagindo-se 3 dias úteis, inclui-se o termo final de vencimento (13/9/2024).

Caso na data de vencimento do prazo final não haja expediente nesse I. Órgão, então a data de vencimento do prazo restará prorrogada para o dia útil subsequente com expediente.

Deste modo, tendo sido a presente impugnação, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e apresentada até o dia **13/09/2024**, **deverá ser conhecida, posto que tempestiva.**

2-NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PREGÃO

Tendo sido apresentada tempestivamente e firmada por representante legal da empresa, o conhecimento da presente impugnação culminará, seguramente, no ACOLHIMENTO da impugnação.

Deste modo, em atendimento ao comando art. 164, parágrafo único, da Lei 14133/2021, espera-se pela resposta desse I. Órgão, com o sobrestamento da sessão pública designada para o dia 18/09/2024, publicação de novo instrumento convocatório e designação de nova data para realização do pregão eletrônico, observando-se o interregno mínimo de 8 (oito) dias úteis entre a publicação do novo Edital e a data da sessão pública, nos exatos termos do artigo 55, inciso I, alínea a, da Lei 14133/2021

3-QUESTÕES A SEREM REVISTAS NO ATO CONVOCATÓRIO

3.1-NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA.

Analisando-se o instrumento convocatório, verifica-se que este menciona os documentos exigidos para participação no certame.

Entretanto, não exige como requisito habilitatório, a apresentação de certidão de registro junto a entidade profissional competente, conforme determina o art. 67, da Lei 14133/2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) são órgãos de fiscalização do exercício de profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.

Lei n. 5.194/66 - Art. 7º - As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;



- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;*
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;*
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;*
- f) direção de obras e serviços técnicos;*
- g) execução de obras e serviços técnicos;*
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.*

Frise-se que o objeto da licitação, é equipamento elétrico-eletrônico, sendo essencial que tanto a empresa vencedora, quanto seu responsável técnico estejam devidamente habilitados no CREA.

De conseguinte, torna-se condição sine qua non, para fins de HABILITAÇÃO TÉCNICA, que a empresa licitante apresente (i) sua regular inscrição no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da situação de sua sede.

Deixar de exigir tal comprovação, deixará esta Administração sujeita às fiscalizações do CONFEA, sem contar o risco para suas instalações elétricas.

Portanto, faz-se necessária a apresentação, como requisito habilitatório, da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante.

3.2-DA GARANTIA DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

O TR assim dispõe:

- 5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).**
- a. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.**

Entende-se por **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**: aquela previamente programada, que tem por objetivo, manter os equipamentos dentro de condições normais de funcionamento com o objetivo de reduzir ocorrências por defeitos, fadigas, desgastes, pane, envelhecimento peças e/ou componentes, constituindo tais serviços em ajustes, verificações, regulagem, limpeza de componentes eletrônicos e mecânicos, além da limpeza interna dos equipamentos.

Este tipo de manutenção, é efetuado com a intenção de reduzir a probabilidade de falha ou degradação do equipamento, através de intervenção prevista, preparada e

programada antes da data provável do aparecimento de falha, ou seja, é o conjunto de serviços de inspeções sistemáticas, ajustes, conservação e eliminação de defeitos, visando evitar falhas/paralisações.

Tal serviço, NÃO PODE SER ALVO DE GARANTIA, visto ser de caráter preventivo, onde já existe uma previsão para a próxima visita e execução.

Já a MANUTENÇÃO CORRETIVA é: aquela não previamente programada, em que são realizados serviços de reparos para eliminar defeitos ocorridos sob condições de utilização dos equipamentos, a ser realizada em pontos identificados após o sistema ter sido diagnosticado, bem como teste após reparo, para promover o seu perfeito funcionamento. Este tipo de manutenção consiste em substituir peças ou componentes com defeitos, fadigas ou desgastes, que levaram o equipamento a uma parada, por ocorrências de falhas em partes integrantes de seus componentes, ou seja, é o conjunto de serviços executados em equipamentos em pane, normalmente esses serviços são executados em caráter emergencial sem planejamento.

Logo, o serviço que DEVE SER ALVO DE GARANTIA é o de MANUTENÇÃO CORRETIVA, já que, se houver reincidência do mesmo defeito, no mesmo componente que foi alvo da manutenção corretiva, em um período estabelecido, DEVE a Contratada refazer o serviço executado sem ônus a Contratante.

Por todo o exposto, faz-se necessário retificar o Edital e seus Anexos, a fim de alterar a redação do item supramencionado, sendo prevista apenas a garantia para as **MANUTENÇÕES CORRETIVAS**.

3.3-DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS

O Termo de Referência estabelece que:

6.9. Em toda substituição de peças ou componentes do equipamento deverão ser utilizados exclusivamente peças e componentes novos e originais, livres de defeitos ou vícios, e que correspondam perfeitamente às especificações do fabricante.

Ocorre que existem, no mercado atual, peças similares, compatíveis com as especificações exigidas pelo modelo dos equipamentos de Scanner a serem mantidos, que supririam a substituição de modo igualmente eficaz e satisfatório. Algumas, inclusive, podendo ser menos custosas que as peças exigidas, possuindo sua implementação maior custo-benefício para esta Administração, o que atenderia

diretamente a finalidade principal deste processo licitatório.

Ademais, de acordo com o PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE, a Administração Pública deve preocupar-se em preservar seu patrimônio, com o melhor “custo-benefício”.

Assim, desde que não haja qualquer comprometimento da qualidade e eficácia da contratação – o que não haveria posto que as peças teriam, de qualquer forma, que observar as determinações específicas dos equipamentos – não existiria óbice ao uso de peças de modelo ou marca alternativa, desde que sejam novas (de primeiro uso).

Neste sentido, dispôs o Edital do Pregão Eletrônico DEMAP nº 46/2020:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Edital de Pregão Eletrônico Demap nº 46/2020
PE 167827

Anexo 1

PLANILHA 01 – QUANTIDADE ESTIMATIVA DOS SERVIÇOS E PEÇAS – BRASÍLIA

| Prestação de serviços com substituição de peças | | | |
|---|---------|---|--------------|
| Serviços para equipamentos de raios x e pórticos detectores de metais | | | |
| Item | Subitem | Especificação | Quant. Anual |
| 1 | 1.1 | Manutenção preventiva | 02 |
| | 1.2 | Manutenção corretiva | 12 |
| | 1.3 | Assistência Técnica | 02 |
| Peças para os equipamentos de raios x | | | |
| Item | Subitem | Especificação | Quant. Anual |
| 2 | 2.1 | Placa Detectora de Fotodiodos Daq Board - Xcard Nuctech 00037251 Marca: DEETEE ou equivalente técnico compatível | 1 |
| | 2.2 | MÓDULO DETECTOR DE FOTODIODOS - XDAQ NUCTECH PN: 00024639/00024638 Marca: DEETEE ou equivalente técnico compatível | 1 |
| | 2.3 | TECLAS DO TECLADO DE OPERAÇÃO NUCTECH 1.100.019.955 Marca: Nuctech ou equivalente técnico compatível | 20 |
| | 2.4 | TECLADO DE OPERAÇÃO PDM NUCTECH PN: 00023336.A.4 Marca: Nuctech ou equivalente técnico compatível | 3 |
| | 2.5 | DISCO RÍGIDO 160GB SATA NUCTECH 11.00017987 | 4 |
| | 2.6 | MEMÓRIA DDR2 800 512MB Marca: Kingston ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.7 | PLACA DE VÍDEO WINFAST GT210 PN: 1.100.024.025 Marca: GEFORCE; Modelo: GT210 ou equipamento técnico compatível | 2 |
| | 2.8 | COOLER DE VENTILAÇÃO PN: 00.011.265 Marca: Metaltex ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.9 | CIRCUITO LÂMPADA INDICADORA E02 PN: 1.100.022.231 Marca: Nuctech ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.10 | FILTRO DE LINHA PN: 00004677 OU 23144 250 VAC; 50/60Hz; -25°C a + 85°C; 24V/2,5A Modelo: PD-3A EMI ou equivalente técnico compatível | 5 |
| | 2.11 | CONJUNTO CHAVE E SWITCH DE DUAS POSIÇÕES PN: 1.100.023.466 PN: 1.100.023.466 RES AC 250V; 0,5a - RES DC 30V; 1A Marca: IDEC; Modelo: AS6M-2KT2PB ou equivalente técnico compatível | 3 |
| | 2.12 | BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA TECLADO DE OPERAÇÃO PN: 1.100.023.467 16mm NC; AC 15-250V; 0,75A - DC 13-30V; 1A - Standart Duty Marca: IDEC; Modelo: AB6E-BY ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.13 | BOTÃO DE EMERGÊNCIA CHASSI SCANNER NUCTECH 22 mm NC; A600 UI 600V ITH; 10A Marca: IDEC; Modelo: YW-E01 ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.14 | CONTATOR AC NUCTECH PN: 1.100.003.168 3P (3NO) - AC - 3 - <= 440V; 12A - 220/230 VAC 24V Marca: Schneider ; ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.15 | CONTATOR DC NUCTECH PN: 1.100.003.218 OU 00.030.207 3P; 3 NO; DC Standart, 24V, AC-3 <=440V; 9A Marca: Schneider; Modelo: LP1K0910BD ou equivalente técnico compatível | 2 |
| | 2.16 | DISJUNTOR BIPOLAR; CURVA C; 16A; 400VAC 6000/3 PN: 1.100.0223.146 Marca: Schneider; Modelo: IC65N ou equivalente técnico compatível | 2 |

Ante o exposto, pugna pela retificação do Termo de Referência, de forma que se exija que as peças danificadas sejam substituídas por peças originais ou seus equivalentes técnicos compatíveis, capazes de atender as especificações do equipamento.

3.4-DA QUANTIFICAÇÃO DE PEÇAS

Analisando-se a lista de peças e preços constante do Edital, observou-se que algumas peças tem sua quantidade estimada inferior a 1 (um), o que não pode ocorrer, visto que, tal exigência impossibilitaria a reposição de algumas peças devido a sua indivisibilidade. Assim, apenas a título de exemplificação temos a seguinte situação:

Caso ocorra defeito no gerador abaixo especificado, a vencedora do certame não poderá fracionar tal peça, sendo necessária a reposição total, bem como, o pagamento deverá ser realizado de forma integral.

Repise-se, que algumas peças são indivisíveis, portanto, não há possibilidade de fornecer apenas um percentual delas, o mesmo ocorre com os valores para fornecimento, que deverão ser pagos em sua totalidade, não somente um percentual, conforme resta demonstrado na lista.

Deste modo, solicita-se a revisão do edital no tocante ao fracionamento de peças, que por sua natureza sejam indivisíveis, bem como, tais peças sejam adimplidas pelo valor integral

3.5-DO EXÍGUO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Termo de Referência, determina o seguinte prazo para execução dos serviços:

6.11.2. Manutenção Corretiva:

6.11.2.1. Os serviços de manutenção corretiva consistirão em:

- Reparo de quaisquer falhas, deficiências ou mal funcionamentos do equipamento, reportados ou não pela futura empresa contratada, de forma a restaurar as condições iniciais de funcionamento do equipamento;
- Quaisquer outras atividades que se fizerem necessárias, identificadas durante as atividades de MANUTENÇÃO PREVENTIVA.
- A prestação dos serviços de manutenção corretiva deverá atender os seguintes prazos:
- Atendimento prévio via telefone, em até 2 (duas) horas úteis contados do envio da solicitação de manutenção;
- Visita técnica no local de instalação, em até 2 (dois) dias úteis contados do envio da solicitação de manutenção;
- Correção do defeito em até 3 (três) dias úteis contados do envio da solicitação de manutenção;

Analisando-se o referido item, verificou-se que o prazo de apenas 3 dias úteis para a correção do defeito é deveras exíguo, notadamente quando houver a necessidade de troca de peças.

Urge salientar, que as peças serão adquiridas pela contratada junto a fornecedores, sendo certo que, o prazo mínimo para que as fábricas realizem a entrega é de 7 dias úteis.

Ademais, é importante ainda destacar, que a exiguidade do prazo estipulado para as manutenções corretivas, privilegiará apenas a fabricante e empresas que possuam base operacional no estado, excluindo do certame as demais empresas localizadas em outras cidades/estados e empresas que disponham de estoque, em flagrante desrespeito ao art. 9º, da Lei 14133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Isto posto, requer a alteração dos prazos, conforme abaixo:

- prazo para correção do defeito: no mínimo 5 dias úteis

- prazo para correção do defeito, quando necessária troca de peças: 5 dias úteis à partir da entrega/recebimento da peça.

3.6-DA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS – ORÇAMENTO:

Analisando-se o TR, verificou-se que este menciona os meios de comprovação dos valores das peças:

6.7. Será responsabilidade da empresa contratada comprovar que os preços das peças de reposição são condizentes com os praticados no mercado para os itens que não estarão sujeitos a disputa. Para isso, a empresa deverá apresentar, juntamente com o orçamento, cópia de nota fiscal de fornecimento anterior ou planilha de formação de preço que demonstre a conformidade dos valores ofertados com os preços de mercado.

Observe-se, que esta Administração pretende que a contratada realize a pesquisa de mercado.

Ocorre, que por vezes, apesar de todo o empenho do setor de compras, as fabricantes ou demais fornecedoras não encaminham orçamento, ou não o fazem no prazo estipulado por esta Administração.

Note Sr. Agente de Contratação, que a eventual dificuldade na obtenção de orçamentos, é comum no ramo, visto que, as “fornecedoras”, são na verdade “concorrentes” da contratada.

Ademais, não é demais consignar, que os equipamentos de inspeção por raios-x são compostos por inúmeras peças, sendo algumas delas importadas, que sofrem com variação do dólar.

Assim, não se pode desconsiderar que o contrato perdurará por 36 meses, sendo certo que, os valores das peças são reajustados anualmente. Dito isto, temos que os preços fornecidos para peças em 2024, serão reajustados em 2025 e assim por diante, o que impede que a contratada apresente nota fiscal de fornecimento anterior.

Destaque-se, ainda, que as peças adquiridas pela contratada, não poderão ser entregues ao contratante pelo mesmo valor, isto porque, será necessário considerar fretes impostos e taxas, entre outros que incidirão na nova operação de venda.

Ante o exposto, de rigor a retificação do item supramencionado, a fim de que a pesquisa de mercado seja realizada por esta Administração.

4- DOS PEDIDOS

A – Conhecer da impugnação, posto que tempestiva e apresentada na forma exigida no ato convocatório.

B – Determinar, de pronto, a suspensão do pregão designado para o dia 18/09/2024, visando garantir que todos os licitantes tenham tempo hábil e legalmente estatuído de preparar suas propostas. Com posterior republicação do ato convocatório retificado, conforme se espera, garantindo-se a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

C – Determinar a revisão no instrumento convocatório, dos itens supra destacados:

QUESTÃO 1: Alteração do instrumento convocatório, a fim de exigir como requisito habilitatório, da Certidão de Registro no CREA de origem da licitante.

QUESTÃO 2: Retificação do Edital e seus Anexos, a fim de alterar a redação do item supramencionado, sendo prevista apenas a garantia para as **MANUTENÇÕES CORRETIVAS**.

QUESTÃO 3: Retificação do Termo de Referência, de forma que se exija que as peças danificadas sejam substituídas por peças originais ou seus equivalentes técnicos compatíveis, capazes de atender as especificações do equipamento.

QUESTÃO 4: Revisão do edital no tocante ao fracionamento de peças, que por sua natureza sejam indivisíveis, bem como, tais peças sejam adimplidas pelo valor integral

QUESTÃO 5: Alteração dos prazos, conforme abaixo:

- prazo para correção do defeito: no mínimo 5 dias úteis
- prazo para correção do defeito, quando necessária troca de peças: 5 dias úteis à partir da entrega/recebimento da peça.

QUESTÃO 6: Retificação do item supramencionado, a fim de que a pesquisa de mercado seja realizada por esta Administração.

D – Promova a intimação dos interessados, notadamente da Impugnante, quanto à decisão sobre a presente impugnação, em tempo hábil à formulação das propostas.

Termos em que.
Pede deferimento.

Santos, 13 de setembro de 2024.

Marcio Rutigliano Bicudo de Lima Azevedo
Administrador